

3.

JANEIRO · 2018

*Ponte de Lima:
do passado ao presente,
rumo ao futuro!*



DO LIMA A LUANDA. PENSAMENTO E ACÇÃO DE NORTON DE MATOS

FROM THE LIMA TO LUANDA. NORTON DE MATOS, ACTION AND THINKING

Este artigo pretende passar em revista alguns elementos do percurso colonial de Norton de Matos, começando por incidir na sua formação académica em Coimbra, enquanto estudante do Curso de Matemática e os possíveis primeiros contactos com a temática ultramarina. A sua estadia na Índia, que lhe serviram de iniciação, e a sua passagem pelo governo-geral de Angola constituem outros aspectos não menos significativos da sua vida, que lhe possibilitaram imprimir um cunho pessoal nessa área, ainda que fundado nos valores da República e sob a influência britânica.

This article intends to review some elements of the colonial course of Norton de Matos, beginning with its academic formation in Coimbra, as a student of the Mathematics Course and the possible first contacts with the overseas theme. His stay in India, which served as his initiation, and his passage through the general government of Angola are other aspects no less significant in his life, which enabled him to make a personal impression in this area, although founded on the values of the Republic and Under British influence.

FORMAÇÃO, IDEOLOGIA,
COLONIZAÇÃO, ÍNDIA, ANGOLA

FORMATION, IDEOLOGY,
COLONIZATION, INDIA, ANGOLA

SÉRGIO NETO ^[1]

Natural de Ponte de Lima, onde também estudou as primeiras letras, José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955) provinha de uma família com antecedentes britânicos e ligação ao Liberalismo. De resto, as leituras que empreendeu em casa do seu avô Mendes Ribeiro, em Viana do Castelo, compreendiam autores franceses e ingleses, como Diderot e d'Alembert, “alguns volumes da Enciclopédia Britânica”, dois livros de John Locke, “alguns volumes de Voltaire”, David Hume, Adam Smith, “um volume de [Jeremy] Bentham com muitas anotações em português de meu Bisavô” e “livros que tanto mostravam a profundidade e o valor do movimento liberal em Portugal, nos fins do século XVIII e princípios do século XIX”, entre seguramente muitos outros^[2].

Norton prosseguiu os seus estudos em Viana do Castelo e depois Braga, cidade onde permaneceu até 1878, tendo passado a Lisboa, a fim de ingressar na Escola Académica em regime de internato: contava então treze anos. Na capital teve a companhia dos irmãos Arnaldo e Tomás (em anos lectivos diferentes). Terá estado atento às comemorações em torno do Tricentenário de Camões, em 1880, em Lisboa, e dos dividendos políticos conseguidos pelos republicanos. No que respeita às apetências escolares, mostrou inclinação para a Matemática, para a Geografia e

para o Desenho – seria mesmo premiado nesta disciplina. Como que deixando antever, pela conjugação dessas áreas, o futuro caminho na área da agrimensura e no exército. No derradeiro ano lectivo de 1883/1884, preparou a entrada na Universidade de Coimbra, onde veio a cursar Matemática, “para [depois] poder seguir carreira militar em qualquer das armas ou serviços, que então se chamavam superiores – artilharia, engenharia ou Estado-Maior”^[3], ingressando na Escola do Exército.

“Admitido à matrícula deste Primeiro Ano Matemático”, em 1884/1885, com certidão de idade, e exames dos Cursos de Português e Desenho, Tradução de Francês, Latinidade, Filosofia Racional e Moral, História, Matemática Elementar e Introdução à História Natural dos Três Reinos, e dos exames de habilitação de Matemática e de Princípios de Física e Química Elementares, Norton de Matos veio habitar o N.º 28 da Rua dos Militares, tendo frequentado a 1.ª Cadeira – Álgebra Superior², a 1.ª de Filosofia (Química Inorgânica) e Desenho. Como se percebe, o curso de Matemática incluía algumas disciplinas de Filosofia, tendo a duração de cinco anos. No caso dos alunos que pretendiam frequentar a Escola do Exército, o curso prolongava-se por apenas quatro anos, incluindo, também, a 5.ª disciplina de Direito, Economia Política e Estatística, a qual podia ser frequentada no segundo ou terceiro ano lectivo. “Curso Preparatório das Ar-

[1] INVESTIGADOR CEIS20

[2] CF. RITA MENDES NORTON DE MATOS, *A FAMÍLIA NORTON DE MATTOS*. PONTE DO LIMA: 1953. PP. 55-56.

[3] JOSÉ NORTON DE MATOS, *MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA*. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 2005 (ORG. DE ARMANDO MALHEIRO DA SILVA, E JOSÉ NORTON), VOL. I, P. 87.

mas Especiais”, o qual concedia o grau de Bacharel em Matemática, era a sua designação completa. No derradeiro ano lectivo de 1887/1888, novamente estabelecido numa outra rua, a de Fernandes Tomás, frequentou a 5.^a Cadeira, Descrição e uso dos instrumentos ópticos – Astronomia Prática e a 6.^a Cadeira, abarcando as disciplinas de Geodesia – Topografia – Operações Cadastrais, a de Botânica e a de Mineralogia, Geologia e Arte das Minas. Entretanto, em Novembro de 1887, habilitado com Curso para a Escola do Exército, assentava praça como o soldado N.º 34 da 1.^a Companhia do 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 23, de Coimbra, tendo sido elevado a aspirante a oficial. Viria a seguir o curso do Estado-Maior.

O ingresso na Universidade de Coimbra revelou outros autores e diferentes temáticas que não deixariam de percorrer o seu ideário político. A cidade reflectia ainda parte do ambiente experienciado pela Geração de 70, “onde cada manhã trazia a sua revelação [...] torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos [...] descendo da França e da Alemanha”, continuando a ser lugar de diletantismo e eclecticismo intelectual, “com leituras aturadas e com discussões intermináveis nos cafés e nas repúblicas”^[4]. No entanto, ainda que as duas descrições que Eça de Queirós^[5] fez da Academia permeassem as *Memórias de Norton*, a verdade é que este remeteu explicitamente, para o livro *In Illo*

Tempore, de Trindade Coelho, e “mais uma ou outra obra, em que se contam anedotas e episódios dos estudantes”, o essencial “[d]o que foi essa vida”.

Sem receio de errar por muito, pode-se dizer que, do escrito de Trindade Coelho, reteve, não tanto “a festa das latas” e a “sebenta” ou “as fogueiras de S. João” e as “trupes”, mas algumas aulas e leituras havidas, assim como a questão da “niveleida”. Por outras palavras: fixou as suas lembranças nas tensões sociais que perpassavam o meio estudantil e naqueles autores que, não sendo ou começando a ser leccionados, devido à sua novidade e radicalismo de concepções, invariavelmente atraíam os estudantes (Voltaire, Pierre-Joseph Proudhon, Auguste Comte, Herbert Spencer, Charles Darwin e Karl Marx)^[6]. E, muito embora Norton, nas suas *Memórias*, atribua a si próprio um certo pioneirismo, ao “recordar” ter ele próprio “dado” uma precursora “conferência marxista”, para negar ao Comunismo a possibilidade de nele “apoiar qualquer sistema social”, o certo é que o programa dessa disciplina previa tal temática^[7]. Com efeito, após uma lição inaugural versando a conceptualização e a metodologia da disciplina, uma segunda lição abordava a “Escola dos Fisiocratas” e as teses de Adam Smith. A terceira dava conta das “doutrinas económicas da Revolução Francesa” e de Proudhon, o qual era integrado na Escola Individualista, a par de Thomas Malthus e David

“
*Natural de
Ponte de
Lima, onde
também
estudou as
primeiras
letras, José
Mendes
Ribeiro
Norton
de Matos
(1867-1955)
provinha
de uma
família com
antecedentes
britânicos e
ligação ao
Liberalismo.*

“

[4] JOSÉ NORTON DE MATOS, *MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA*, VOL. I, P. 90.

[5] CF. EÇA DE QUEIRÓS, *OS MAIAS*. LISBOA: CÍRCULO DE LEITORES, 1993, PP. 88-95; IDEM, “UM GÊNIO QUE ERA UM SANTO”, IN *NOTAS CONTEMPORÂNEAS*. LISBOA: EDIÇÕES LIVROS DO BRASIL, 1970, PP. 251-288.

[6] CF. JOSÉ NORTON, *NORTON DE MATOS*. VENDA-NOVA: BERTRAND, 2002 PP. 41-47.

[7] CF. JOSÉ FREDERICO LARANJO, *PROGRAMMA PARA A CADEIRA DE ECONOMIA POLITICA E ESTATISTICA DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA*. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1887, P. 5.

Ricardo. Na quarta lição era a vez do “socialistas utópicos” (Robert Owen, Charles Fourier, Henri de Saint Simon) serem passados em revista, assim como a Revolução de 1848. A quinta lição era inteiramente dedicada Marx, Ferdinand Lassale e à Internacional. As lições seguintes, em jeito de síntese, discutiam as características fundamentais e a coexistência dos modelos individualistas e socialistas, abrindo caminho à análise das grandes linhas de fundo da economia: “Produção”, “Circulação”, “Distribuição”, “Consumo” e “População, Emigração e Colonização”.

Não se referindo, nas *Memórias*, em todo o caso, a este último e decisivo tema no seu percurso, a verdade é a que questão colonial começaria a despertar-lhe o interesse. Não apenas experienciou em Lisboa o Ultimato Inglês, como viria a integrar o regimento de Mouzinho de Albuquerque, assim como o seu irmão Arnaldo desempenhara de funções de delegado no Tete, em Moçambique, e de Procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Goa. Assim, após várias diligências, rumaria à Índia, em 1898, a fim de dirigir os Serviços de Agrimensura de Goa e traçar a carta corográfica e agrícola do Estado da Índia.

A “Escola” da Índia

Se bem que, na introdução às *Memórias*, Norton anotasse que “muito tenho que dizer desta épo-

ca da minha vida”^[8], poucas são aí as referências à Índia (e a Macau), apenas ocorrendo em contexto de comparação com as decisões tomadas em Angola. Entre as centenas de artigos dados a *O Primeiro de Janeiro*, somente quatro abordam directamente aquele território, quer analisando o impacto da agricultura nas comunidades de Goa, quer debatendo a eventual independência da Índia Inglesa. A experiência no Oriente, decisiva a todos os títulos, seria, com o correr do tempo, obnubilada pela de Angola e, por isso, mais tarde descrita como “uma iniciação”^[9]. Mas nunca esteve ausente, como comprovam uma conferência realizada a 7 de Maio de 1942, em Algés, intitulada “A Índia do meu Tempo”^[10], e os recortes de jornal e apontamentos que coligiu durante o último Verão da sua vida, em 1954, altura em que Portugal perdeu os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Pois, nas palavras de Norton, “muito aprendi na Índia durante os dez anos seguidos, sem a interrupção de uma licença, que por lá andei”^[11].

Chegado a Goa, em inícios de Agosto de 1898, após quase um mês de viagem, Norton de Matos foi oficialmente nomeado director da Repartição de Agrimensura, para “proceder aos trabalhos de levantamento da carta corográfica e agrícola do Estado da Índia Portuguesa”^[12]. Os motivos invocados para a criação deste organismo prendiam-se com os imensos benefícios trazidos à administração do território, na medida em que

“*A experiência no Oriente, decisiva a todos os títulos, seria, com o correr do tempo, obnubilada pela de Angola e, por isso, mais tarde descrita como “uma iniciação”.*”

[8] JOSÉ NORTON DE MATOS, *MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA*, VOL. I, P. 54.

[9] IDEM, “A MINHA CONCEPÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS”, IN *ACÇÃO COLONIAL*. LISBOA: NÚMERO COMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO COLONIAL DO PORTO, 1934, P. 22.

[10] IDEM, “A ÍNDIA DO MEU TEMPO”. CONFERÊNCIA REALIZADA EM 7-V-42 NO SPORT ALGÉS-DAFUNDO. ARQUIVO-BIBLIOTECA NORTON DE MATOS, IN PASTA “CORRESPONDÊNCIA 1937-1945”.

[11] IDEM, *MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA*, VOL. II, P. 213.

[12] “PORTARIA PROVINCIAL N.º 570 DE 4 DE AGOSTO”, IN *BOLETIM OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA ÍNDIA*, N.º 60, 9 DE AGOSTO DE 1898, P. 882.

[133] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 569 DE 4 DE AGOSTO", IN *IBIDEM*, N.º 60, 9 DE AGOSTO DE 1898, P. 882.

[141] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 157, DE 15 DE SETEMBRO", IN *IBIDEM*, N.º 54, 18 DE SETEMBRO DE 1901, P. 513.

[151] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 307, DE 15 DE SETEMBRO", IN *IBIDEM*, N.º 73, 18 DE SETEMBRO DE 1900, P. 840.

[161] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 71, DE 31 DE MARÇO", IN *IBIDEM*, N.º 26, 31 DE MARÇO DE 1903, P. 253.

[171] JOSÉ NORTON, NORTON DE MATOS, P. 136

[181] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 685, DE 17 DE SETEMBRO", IN *BOLETIM OFFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA ÍNDIA*, N.º 72, 20 DE SETEMBRO DE 1898, P. 1.079.

[191] "NOTAS DE SERVIÇO DO DIRECTOR DA REPARTIÇÃO DE AGRIMENSURA", IN *IBIDEM*, N.º 28, 14 DE ABRIL DE 1898, PP. 469-471.

[201] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 91, IN *IBIDEM*, N.º 27, 5 DE ABRIL DE 1904.

[211] "PORTARIA PROVINCIAL N.º 180, IN *IBIDEM*, N.º 46, 11 DE JUNHO DE 1907, P. 578.

se desconhecia a extensão das propriedades do Estado, assim como abundavam os diferendos entre comunidades, confrarias e particulares, os quais "sustentam demandas prolongadas, devido a frequentes usurpações de terrenos"^[133]. Impunha-se, deste modo, o referido levantamento, com vista a organizar o cadastro geral da província, tarefa intrincada e morosa, propensa a polémicas, tanto mais que poderia implicar uma revisão das contribuições prediais e os inevitáveis acertos de confrontações das propriedades. As dificuldades fixavam-se, para além disso, nos trâmites legais inerentes à criação de raiz de uma repartição, incluindo a necessidade de formar os funcionários através de uma cadeira de agrimensura, na qual seriam leccionados conhecimentos muito específicos, seguindo-se a submissão a exame dos candidatos. Outros constrangimentos reportavam-se à falta de mapas actualizados, sem esquecer que a época das chuvas obrigava a períodos de paragem mais ou menos longos, transitando o trabalho de campo das tendas de campanha para o trabalho de gabinete, na relativa comodidade da sede da repartição, em Pangim.

Não se cingindo a actividade de Norton de Matos ao levantamento do cadastro do Estado Português da Índia, importa enumerar as outras atribuições pelas quais foi responsável e analisar o papel que desempenharam no desenvolvimento do seu pensamento colonial, primeiro como gestor e depois

enquanto incansável ideólogo ao longo últimas décadas da sua vida. Neste capítulo, começou por fazer parte da "comissão encarregada de codificar as leis das comunidades"^[141] e por ser nomeado vogal da comissão para o estudo das condições especiais de cada uma das circunscrições, sobre as concessões de terrenos no Ultramar^[151].

Em Março de 1903, Norton de Matos era "nomeado para exercer interinamente o cargo de administrador das matas"^[161]. Na verdade, "a madeira era uma das riquezas tradicionais da Índia Portuguesa [e] constara ao governador que aquela administração estava muito irregular"^[171]. Esta indignação, na realidade, não surgia do acaso, porquanto, já no primeiro ano da sua estadia em Goa, fizera parte de uma comissão de avaliação dos terrenos dos palmares, na qualidade de vogal^[181]. As deambulações pelo território das Velhas e Novas Conquistas e as consequentes medições efectuadas habilitá-lo-iam a preencher a vaga, tanto mais que já tinha procedido à demarcação da mata de Mopa, no concelho de Perném, distrito de Goa^[191].

Exonerado em Abril do ano seguinte, "a seu pedido", talvez pelas muitas tarefas pelas quais se encontrava responsável e "louvado pelo zelo e inteligência com que desempenhou o cargo"^[201], Norton teria assento, a partir de Junho de 1907, numa comissão para "propor a remodelação dos serviços florestais deste Estado" ou, mais sucintamente, promover a "regeneração das matas"^[211]. A maior parte

dos objectivos visados pela supracitada comissão – “caminhos e acessos, demarcação”; “rever legislação vigente”; “regímen florestal”; “regular povoamento, exploração e aproveitamento” – fazia, agora, parte dos seus conhecimentos. Em Maio de 1903, Norton de Matos integrou a reconstituída Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa, em virtude de se considerar imprescindível o concurso de quem lidava de próximo com medições topográficas e percorria diariamente o terreno, chegando a acampar. Propunha-se que se elaborasse “um estudo especial sobre a velha cidade de Goa”, abarcando os aspectos arquitectónicos, sociais e culturais das comunidades portuguesa, hindu e muçulmana aí residentes^[221]. A introdução escrita por Norton, em 1904, “motivada pela falta de tempo com que lutavam outros com merecimentos, que não tenho”, era, naturalmente, programática e descritiva, prometendo apresentar “estudos e trabalhos sobre o *passado* português no Oriente”^[223]. Seguia-se, pois, uma simples enumeração dos edifícios e das estruturas susceptíveis de um olhar mais atento por parte dos articulistas e dos seus leitores, intercalados com uma copiosa adjectivação acerca da “gesta” portuguesa:

As fortalezas, com tudo o que de heróico a elas anda ligado; as extensas linhas de muralhas, correndo em ruínas por essa costa do Oceano Índico, revelando esforço e a tenacidade da raça; os templos; as igrejas, as ermidas, essa Goa desparecida, mas tão viva no coração de to-

dos nós [...] transportando para longes terras a pátria distante, impondo as suas leis, a sua língua, as suas crenças, as suas habitações, o vestuário, a alimentação, as mais pequenas particularidades do seu viver, com uma pertinácia e uma dificuldade de se amoldar a hábitos diferentes dos seus [...] numa luta constante com raças com raças que tão diferentes são da sua^[224].

Este excerto, panegírico e revelador dos sentimentos de Norton à época em que fazia o levantamento do cadastro dos concelhos de Goa, por ser datado de 17 de Dezembro de 1903, comporta algumas linhas de fundo do seu futuro pensamento, embora não distantes do que se dizia e escrevia ao tempo^[225]. Notoriamente, a peculiaridade da colonização portuguesa, assente na dilatação dos costumes lusitanos e, em sentido contrário, na pouca permeabilidade dos portugueses em adoptarem os hábitos do Outro, naquilo que, em tom jocoso e até depreciativo, se designava por “cafrealização”. O sentido de “missão” bem presente e o “espírito de sacrifício” – por esta altura, Norton encontrava-se há quase sete anos no Ultramar – eram outros tantos princípios que, para sempre, presidiriam ao seu corpo de ideias. De igual modo, o aviso de que “nós e as nossas colónias cá vamos *durando*, que pese a muitos, com alguns achaques, mas *rijos e feros* como velhos portugueses^[226]”, deve ser lido à luz dos receios da cobiça internacional pelas nossas parcelas ultramarinas, outro alicerce do

[221] “PORTARIA PROVINCIAL N.º 203 DE 11 DE AGOSTO”, IN *BOLETIM OFFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA ÍNDIA*, 11 DE AGOSTO DE 1903, P. 544.

[223] JOSÉ NORTON DE MATOS, “INTRODUÇÃO”, IN *O ORIENTE PORTUGUEZ. REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA DA ÍNDIA PORTUGUEZA*. NOVA GOA: IMPRENSA NACIONAL, VOL. 1, N.º 1, JANEIRO DE 1904, P. I.

[224] *IDEM, IBIDEM*, PP. I-II.

[225] CF. “EDITAL DA REPARTIÇÃO DE AGRIMENSURA”, IN *BOLETIM OFFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA ÍNDIA*, 13 DE NOVEMBRO DE 1903, N.º 90, P. 791.

[226] JOSÉ NORTON DE MATOS, “INTRODUÇÃO”, IN *O ORIENTE PORTUGUEZ*. JANEIRO DE 1904, VOL. 1, N.º 1, PP. II-III.

edifício ideológico “nortoniano”. Foi, também, comandante militar de Satari, entre Dezembro de 1901 e Fevereiro de 1902, e comandante militar e administrador do concelho interino de Sanguém^[27], entre Fevereiro e Maio de 1902, Norton sufocou as convulsões e repôs a ordem, tendo agido mais como um administrador do que como chefe militar, uma vez que encanou o episódio como uma operação policial de larga escala^[28]. Foi, de resto, a seu pedido, que foi exonerado de comandante militar e administrador do concelho interino de Sanguém^[29], aparentando privilegiar, como, mais tarde em Angola, uma governação civil da província, assente num domínio a um tempo firme e benevolente. Em suma, havendo orientado a Repartição de Agrimensura, que lhe permitiu, pela primeira vez, dirigir pessoal civil, Norton de Matos alcançou uma considerável experiência na montagem de um serviço, na produção legislativa e na orientação de bens, de recursos e de pessoas. O mesmo é possível dizer acerca da governação militar de dois distritos, preenchida com tarefas de repressão de uma revolta, assim como a direcção das Obras Públicas e da Administração das Matas de Goa, a que acresce a plena participação em comissões encarregues de reestruturar os vários níveis do ensino, de avaliar e potenciar o património histórico local, de remodelar os serviços florestais, enfim, de codificar as leis das comunidades e de estudar as concessões de terrenos

no Ultramar. Lidara de próximo com um surto de peste e tomara medidas profilácticas. Elaborara e avaliara exames, leccionara para o efeito.

Da Jornada Angolana à Nação Una

Regressado da Índia, em 1908, Norton de Matos apresentou-se no Ministério da Marinha e do Ultramar, tendo sido requisitado, em Fevereiro de 1909, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, para servir na qualidade de secretário da Missão Diplomática para Delimitação do Território de Macau. Esta não teve os resultados esperados, persistindo o *status quo* entre Portugal e a China. Novamente em Portugal, Norton de Matos entrou no mundo político, sob os auspícios da Primeira República, integrado no Partido Democrático de Afonso Costa (...)

Uma obra verdadeiramente económica, apoiada em gastos produtivos e no corte implacável de todas as despesas inúteis. A ocupação da província, tendo por base uma rede de viação; a instrução e a civilização dos nativos, a possibilidade de uma mão-de-obra abundante, partindo de um ensino manual e agrícola, das obras públicas, pagos em dia e a dinheiro; o fomento agrícola, comercial e industrial [...] e, sobretudo uma obra nacional, uma obra patriótica^[30].

[27] “PORTARIA PROVINCIAL N.º 73”, IN *BOLETIM OFFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA ÍNDIA*, N.º 16, 25 DE FEVEREIRO DE 1902, P. 193.

[28] JOSÉ NORTON, *NORTON DE MATOS*, PP. 129-132.

[29] CF. “PORTARIA PROVINCIAL N.º 148 DE 22 DE MAIO”, IN *BOLETIM OFFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DA ÍNDIA*, N.º 41, 23 DE MAIO DE 1902, P. 468.

[30] “O GOVERNO DA PROVÍNCIA DE ANGOLA. ALTOS FUNCIONÁRIOS DA REPÚBLICA”, IN *A PÁTRIA. DIÁRIO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DA NOITE*. LISBOA: 24 DE ABRIL DE 1912, P. 2.

Esta obra a realizar, para além das premissas educativas e comunicacionais, teria por força de gravitar em torno de outros aspectos, que Norton enunciou em jeito de lista programática:

- “Criação de um quadro de funcionários, que se distinga pela sua alta competência”;
- “Tomar a peito a civilização dos indígenas”, através da supressão do tráfico de armas e pólvora;
- “Acabar com a exportação de degradados”;
- “Chamar para Angola, por meio de emigração, da concessão de terrenos e da protecção a uma indústria colonial os capitais nacionais e estrangeiros”;
- Delimitar, cabalmente, as fronteiras;
- “Averiguar da existência e do funcionamento das missões religiosas estrangeiras”;
- Traçar o cadastro etnológico, geológico, florestal e mineralógico da província;
- Não descurar a questão sanitária, prestando especial atenção à doença do sono^[31].

Um seu apontamento dactilografado e não datado, mas pertencente a este período, e igualmente em forma de lista, ainda mais extensa e concreta, dispunha que “os governadores – escolhidos independentemente de classes ou partidos, nomeados por cinco anos, não podendo ser demitidos se não por erro de ofício”; impunha cláusulas iguais na concessão de terrenos a colonos portugueses e não portugueses, do mesmo modo que admitia a entrada de capital

estrangeiro, devidamente vigiado, e sopesava a revisão das pautas alfandegárias, as quais deveriam ser aligeiradas, a fim de promover o consumo^[32]. Outras medidas a implantar, fixavam-se na expansão das comunicações (ferroviárias) no interior da colónia e desta para a metrópole, na reforma da organização militar, “tornando-a mais eficaz e económica”. Enfim, promover “o desenvolvimento da agricultura e colonização nos planaltos de Angola incitando, por meio de postos agrícola-pecuários e de prémios, a produção de algodão, cereais, gados, borracha, açúcar e tabaco”^[33], naquilo que deve ser encarado como um incentivo ao estabelecimento de pequenos agricultores e de latifundiários. Após a Primeira Guerra Mundial, Norton de Matos, que assumira a pasta da guerra, regressou a Luanda enquanto alto-comissário, entre 1923 e 1924, havendo inscrito as seguintes realizações nas suas *memórias*, no que concerne a jornada angolana:

- Passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil. A posse civil do território.
- O novo indígena: da condição de trabalhador recrutado para a de proprietário e cultivador rural.
- As estradas.
- A proibição do comércio da “pólvora e armas”, e do fabrico e venda das bebidas alcoólicas.
- A assistência aos indígenas. Higiene e melhoria das condições da vida indígena.
- O congresso de medicina tropical.

[31] CF. *IBIDEM*, P. 1.

[32] CF. JOSÉ NORTON DE MATOS, *QUESTÃO COLONIAL*, IN PASTA “CORRESPONDÊNCIA 1911-1916”, CAIXA 69 – ARQUIVO-BIBLIOTECA NORTON DE MATOS, P. 1

[33] *IDEM*, *IBIDEM*, P. 2.

[34] *IDEM*, *MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA*, VOL. II, P. 115.

- A educação e instrução.
- A vida de família e o conforto dos europeus. Habitações, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas^[34].

O afastamento de Norton de Matos de Luanda e o início da Ditadura Militar e do Estado Novo ditaram doravante uma fase de reflexão acerca da sua obra e a de Salazar. Ou seja, entre o paradigma descentralizador da Primeira República, inspirado no modelo inglês, e a progressiva centralização levada a cabo pelo Estado Novo. Os seus escritos dos anos trinta e quarenta, sobretudo em *O Primeiro de Janeiro*, as mencionadas *Memórias*, *África Nossa* e *A Nação Una* enfatizaram precisamente essas distâncias, permitindo a Norton definir o conceito de “nação una”, em torno da descentralização das colónias e da complementaridade entre as mesmas e a metrópole.

“

O afastamento de Norton de Matos de Luanda e o início da Ditadura Militar e do Estado Novo ditaram doravante uma fase de reflexão acerca da sua obra e a de Salazar. Ou seja, entre o paradigma descentralizador da Primeira República, inspirado no modelo inglês, e a progressiva centralização levada a cabo pelo Estado Novo.

”